



Prefeitura de São Joaquim

CNPJ: 82.561.093/0001-98

Gabinete do Prefeito



PROCESSO 93/2019

CONTRATO 52/2019 Termo de Fomento 03/2019

TERMO DE FOMENTO Nº03/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM, E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM**, pessoa jurídica de direito público interno, do CNPJ nº .82.561.093/0001-98., com sede na Praça João Ribeiro 01, Centro, representado, neste ato, pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, de um lado o Município de São Joaquim SC, ente jurídico de direito público, com sede a Praça João Ribeiro, 01, inscrito no CNPJ sob nº 82.561.093/0001-98, representado pelo Prefeito Municipal **GIOVANI NUNES**, brasileiro, casado, dentista, residente e domiciliado nesta cidade, adiante nominado simplesmente, **MUNICÍPIO**, e de outro lado, a **ACISJO – ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SÃO JOAQUIM-SC**, CNPJ: 78.491.651/0001-19, Endereço na Rua Major Jacinto Goulart, 175, sala 2, centro, Município: São Joaquim-SC, SC, Estado: SC, representado por seu presidente **SIMON GALILEU RAMOS**, Presidente da Instituição, inscrito no CPF nº 056.130.989-21 Endereço: Rua Florinda Pereira de Souza, 72, Monte Carlo, Cep 88.600-000 adiante nominadas simplesmente, **ORGANIZAÇÃO** resolvem celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, consoante o regramento trazido pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, com as alterações trazidas pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2.015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1 - O presente termo de fomento, tem por objeto repasse financeiro para ORGANIZAÇÃO no valor de R\$ 4.000,00 (quato mil reais), no intuito de apoiar o denominado 5º OVELHAÇO DA SERRA, que será realizado no dia 01 de dezembro de 2019, ainda, dispensado o chamamento público – conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

2.1 – São obrigações do **MUNICÍPIO**:

1. Receber e analisar a prestação de contas apresentada pelas organizações, que deve observar a forma exigida na Lei ;
2. emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da execução da parceria, e submetê-lo à comissão de monitoramento e avaliação, a qual decidirá acerca de sua homologação ou não.

Fone/Fax: (49) 3233-6400 - Gabinete: (49) 3233-6422 - www.saojoaquim.sc.gov.br

e-mail: prefeito@saojoaquim.sc.gov.br

Praça João Ribeiro, 01 -Centro - Cx. Postal 11 - CEP: 88600-000 - São Joaquim - Santa Catarina



CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 – O montante total de recursos públicos a serem repassados e empregados na execução do objeto do presente **Termo de Fomento é de R\$ 4.000,00** (quatro mil reais) o qual será repassado, para fomentar o turismo nessa municipalidade com apoio para o evento do 5º Ovelhaço da Serra, a realizar-se no dia 1º de dezembro de 2019, no município de São Joaquim – SC, conforme explicitado na cláusula primeira deste instrumento.

3.1.1 – Será repassado o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para a baias para ovelhas – 20 Baias x RS 150,00 (cento e cinquenta reais).

3.1.2 – Será repassado o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para tendas às ovelhas

3.1.3 – Será repassado o valor de o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) para tenda Churrasqueira

3.1.4 Será repassado o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) - Responsável Técnico (Veterinário) – Felipe Palma.

3.2 – O repasse destes valores está condicionado ao atendimento das metas e dos resultados propostos no Plano de Trabalho, podendo ser realizado o pagamento de forma parcelada, conforme melhor entender a ADMINSTRAÇÃO PÚBLICA.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – O MUNICÍPIO repassará os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO em conta bancária específica a ser apresentada pela ASSOCIAÇÃO e vinculada a este instrumento, conforme o disposto no art. 53 da Lei Federal nº 13.019/2014, com as alterações da Lei Federal nº 13.204/2015 – Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.2 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

1. – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
2. – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração;
3. quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.



Prefeitura de São Joaquim

CNPJ: 82.561.093/0001-98

Gabinete do Prefeito



3. repassar os recursos públicos pactuados, conforme o cronograma de desembolso definido pelo MUNICÍPIO, desde que os serviços pactuados tenham sido devidamente prestados pela ORGANIZAÇÃO.
4. manter, em seu sítio oficial na internet, o termo de fomento firmado e os relatórios,
5. suspender o repasse dos recursos públicos pactuados, antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria e/ou na prestação de contas.

2.2 – São obrigações da ORGANIZAÇÃO:

1. manter escrituração contábil regular de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;
2. prestar contas dos recursos públicos recebidos em razão do ajuste celebrado com o MUNICÍPIO, através da emissão de relatórios quantitativos e relatórios qualitativos, fornecidos a mesma Secretaria 30 (trinta dias) subseqüentes ao encerramento da execução da parceria;
3. divulgar na internet e/ou em locais visíveis, situados nas suas sedes sociais e nos estabelecimentos em que exerça suas ações, a parceria celebrada com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014, com as alterações da Lei Federal nº 13.204/2015;
4. dar livre acesso aos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos públicos, bem como aos servidores oriundos dos órgãos de controle interno, Câmara de vereadores do Município de São Joaquim/SC e do Tribunal de Contas, da totalidade dos documentos e informações referentes a parceria firmada com o MUNICÍPIO;
5. proceder/agir e suportar o ônus de figurar como única responsável pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos públicos recebidos, inclusive no que concerne às despesas de custeio, investimento e pessoal, bem como por todas e quaisquer despesas custeadas com os recursos públicos recebidos;
6. responder, como exclusiva e única responsável, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, cujo inadimplemento não implicará em responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO;
7. cumprir as metas e os resultados pactuados no Plano de Trabalho, no projeto apresentado, bem como aqueles oriundos das regras editalícias e do presente instrumento;
8. zelar pela manutenção da qualidade dos serviços prestados.
9. aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo Município na prestação dos serviços objeto deste Termo de Fomento.



Prefeitura de São Joaquim

CNPJ: 82.561.093/0001-98

Gabinete do Prefeito



3.3 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do representante da ORGANIZAÇÃO, para as finalidades referidas no art. 45 da Lei Federal nº 13.019/2014 alterada pela Lei Federal 13.204/2015:

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 – O presente Termo de Fomento vigorará a partir da assinatura do presente instrumento, pelo prazo da execução do objeto destacado no plano de trabalho, para a realização do 5º OVELHAÇO DA SERRA.

6.2 - O termo de fomento somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação dos respectivos extratos no meio oficial de publicidade da administração pública.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

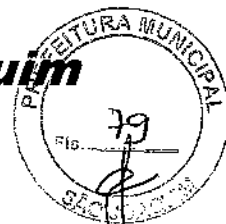
7.1 – O relatório técnico a que se refere o art. 59º da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

1. – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas no plano de trabalho;
2. – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

I – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

1. – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;
2. – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:



1. – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
2. – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, sem prejuízo das sanções cabíveis, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 – Prestar contas de forma integral das receitas e despesas até noventa dias a partir do término da vigência da parceria.

8.2 – A prestação de contas deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto e de execução financeira, bem como entregar balanço patrimonial, balancete analítico anual, demonstração de resultado do exercício e demonstração das origens e aplicação dos recursos da entidade parceira, segundo as normas contábeis vigentes.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

8.3 – A Administração Pública Municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

1. – relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
2. – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.

8.4 – Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019/14, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto aos resultados já alcançados e seus benefícios;

8.5 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014 alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015, devendo concluir, alternativamente, pela:

1. – aprovação da prestação de contas;
2. – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
3. – rejeição da prestação de contas e adoção e encaminhamentos de providências cabíveis.



Prefeitura de *São Joaquim*

CNPJ: 82.561.093/0001-98

Gabinete do Prefeito



8.6 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7– A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

1. – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
2. – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 – As prestações de contas serão avaliadas:

1. – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
2. – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

II – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias



Prefeitura de São Joaquim

CNPJ: 82.561.093/0001-98

Gabinete do Prefeito



1. omissão no dever de prestar contas;
2. descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
3. dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
4. desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

1. – Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração ou de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.10– Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

Parágrafo Único: Poderá o MUNICÍPIO adotar outras formas de acompanhamento das execuções físicas e financeiras, através de notificação prévia à Organização da Sociedade Civil, respeitando o prazo mínimo de 30 (trinta) dias para sua vigência.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada, mediante assinatura de termo aditivo, nos casos permitidos pela lei vigente, desde que mediante justificativa administrativa pautada no inegável interesse público do MUNICÍPIO, e de acordo com o prudente juízo de valor de oportunidade e conveniência da administração pública.

9.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de fomento com alteração da natureza do objeto, bem como em valores desproporcionais que onerem excessivamente os cofres públicos, ou quaisquer alterações que comprometam ou desnaturem a motivação original da celebração do ajuste firmado.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à análise da Secretaria Municipal de Turismo, Indústria, Comércio e Serviços de São Joaquim.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/14, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO, as seguintes sanções:

1. – advertência;
2. – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;



Prefeitura de São Joaquim

CNPJ: 82.561.093/0001-98

Gabinete do Prefeito



3. – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Secretário Municipal de Turismo, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

1. – Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
2. – A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

11.1 – O presente termo de colaboração poderá ser:

1. – denunciado, a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações referentes ao tempo em que participaram da avença, respeitando o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a notificação da outra parte acerca dessa intenção;
2. – rescindido, unilateralmente, pelo MUNICÍPIO, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
 1. utilização dos recursos públicos em desacordo com o Plano de Trabalho;
 2. inadimplemento, parcial ou total, de quaisquer das cláusulas pactuadas;
 3. constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado pela ORGANIZAÇÃO; e
 4. verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, na forma da lei.

III – rescindido, consensualmente, por vontade de ambos os partícipes.



Prefeitura de **São Joaquim**

CNPJ: 82.561.093/0001-98

Gabinete do Prefeito



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1 – A eficácia do presente termo de fomento ou dos seus aditamentos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário oficial do MUNICÍPIO, e no endereço eletrônico: <http://www.saojoaquim.sc.gov.br>, publicidade esta a ser providenciada pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de São Joaquim /SC com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

14.2 – E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 3(três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

São Joaquim, SC, 25 de novembro de 2019.



GIOVANI NUNES
PREFEITO MUNICIPAL



SIMON GALILEU RAMOS
ACISJO – ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SÃO JOAQUIM-SC

Testemunhas:

1. _____
CPF

2. _____
CPF